



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2016-MP/PA, QUE
FAZEM ENTRE SI O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO
PARÁ E A EMPRESA TEXAS CONSTRUÇÕES E
SANEAMENTO LTDA – EPP.**

Pelo presente Termo Aditivo ao **CONTRATO Nº. 093/2016**, que entre si fazem o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede à Rua João Diogo nº. 100, bairro Cidade Velha, CEP: 66.015-166, Belém-PA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. **GILBERTO VALENTE MARTINS**, brasileiro, domiciliado e residente nesta cidade e, de outro lado, a empresa **TEXAS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.884.383/0001-69, com sede na Av. Almirante Barroso, Alameda Marylucy, nº 51, Souza, CEP: 66.613-890, Belém/PA, Fone (91) 3347-8300, e-mail: texasconstrutora@hotmail.com, neste ato representada pelo Sr. **TÚLIO JOSÉ VIEIRA ROSA**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, têm entre si, justas as cláusulas e condições seguintes, objeto do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Quarta do Contrato original que trata do **VALOR DO CONTRATO E DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO**.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica acrescido ao item 4.1, da Cláusula Quarta do Contrato Original, o valor de **R\$ 32.479,83 (trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos)**, correspondente a 2,38% (dois vírgula trinta e oito por cento) do valor total contratado, referente ao acréscimo de quantidades, conforme justificativas e planilha anexa ao Protocolo nº 13439/2017, observado o art. 65, I, "a" e "b", e §1º da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA

A Contratada obriga-se a complementar a garantia à execução, referida na Cláusula 10ª, item 10.1., do Contrato Original, no valor de **R\$ 1.623,99 (um mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa e nove centavos)**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total acrescido, observado o art. 56, §2º da Lei nº 8.666/1993, o que deverá ser acompanhado pela Fiscalização e pela Gestão de Contratos do Ministério Público.

CLÁUSULA QUARTA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Ministério Público valer-se-á de recursos oriundos da seguinte função programática:

Atividades: 12101.03.122.1434.7574 – Expansão da Infraestrutura Física do Ministério Público.

Elemento de Despesa: 4490-51 – Obras e Instalações

Fonte: 0112 – Receita Patrimonial – Outros Poderes

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Belém, 22 de junho de 2017.


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante


TEXAS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA-EPP
Contratada

TESTEMUNHAS:

1) Kaíla Queiroz
RG: 4583264 SSP/PA

2) Amanda Barros
RG: 5835351 PC/PA

TCE/PA: Conselheira Maria de Lourdes Lima de Oliveira – Presidente
SEFA/PA: Nilo Emanuel Rendeiro Noronha – Secretário
ENDEREÇO DAS PARTES: TCE/PA: Trav. Quintino Bocaiuva, 1585, Nazaré, Belém/PA, CEP: 66.035-903 e SEFA/PA: Av. Visconde de Souza Franco, nº 110, Reduto, Belém/PA

Protocolo: 195038

ERRATA**PORTARIA Nº 32.505 DE 22 DE JUNHO DE 2017.**

DESIGNAR o servidor **JOSÉ DANIEL QUEIROZ BRITO**, Auditor de Controle Externo – Engenharia Civil, matrícula nº 0101052, para exercer em substituição a função gratificada de Controlador da Controladoria de Obras, Patrimônio Público e Meio Ambiente, durante o impedimento do titular, MARCELO FÁBIO DA SILVA ARANHA, no período de 17 a 31-07-2017.

Protocolo: 194908

PORTARIA Nº 32.506 DE 22 DE JUNHO DE 2017.

DESIGNAR o servidor **SIDNEY KELBBY CALDAS LEAL**, Auditor de Controle Externo – Engenharia Civil, matrícula nº 0101091, para exercer em substituição a função gratificada de Gerente de Fiscalização da Controladoria de Obras, Patrimônio Público e Meio Ambiente, durante o impedimento do titular, JOSÉ RODRIGO SANTANA PINHO, no período de 17-07 a 15-08-2017.

Protocolo: 194911

MINISTÉRIO PÚBLICO**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ****CONTRATO****EXTRATO DE CONTRATO****NO DO CONTRATO: 041/2017-MP/PA.****MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2017-MP/PA.**

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e o Sr. DEIVID MAIA FONSECA (CPF: 831.252.722-20).

Objeto: Locação de imóvel situado à Rua Magalhães Barata, s/n, Bairro: Centro, São Domingos do Capim/PA, que será utilizado como sede da Promotoria de Justiça da Comarca de São Domingos do Capim/PA, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

Data da Assinatura: 22/06/2017.

Vigência: 26/06/2017 a 25/06/2019.

Valor Total Anual: R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332;

Elemento de Despesa: 3390-36; Fonte: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dr. Gilberto Valente Martins

Endereço das Partes: Rua João Diogo, nº 100, Cidade Velha, CEP: 66.113-055, Belém/PA e Rua Quinta, nº 43, CEP: 68635-000, São Domingos do Capim/PA, respectivamente.

Protocolo: 194901

TERMO ADITIVO A CONTRATO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO****NO DO TERMO ADITIVO: 1.****NO DO CONTRATO: 093/2016-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa TEXAS CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA EPP.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Acréscimo de valor, referente ao acréscimo de quantidades, observado o art. 65, I, "a" e "b", e §1º da Lei nº 8.666/1993.

Data da Assinatura: 22/06/2017.

Valor do Aditamento: R\$ 32.479,83 (trinta e dois mil, quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e três centavos).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.7574.

Elemento de despesa: 4490-51.

Fonte: 0112.

Endereço do Contratado: Av. Almirante Barroso, Alameda Marylucy, nº 51, Bairro: Souza, CEP: 66.613-890, Belém/PA.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins

Protocolo: 194875

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO: Nº. 030/2017-MP/PA****OBJETO: aquisição de equipamentos de segurança eletrônica (vídeo porteiro eletrônico)****HOMOLOGAÇÃO**

Tendo em vista o que consta do Processo nº 006/2017-SGJ-TA que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 030/2017-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço e, diante do julgamento do Pregoeiro, designado pela Portaria nº **2483/2017-MP/PGJ**, de 28/04/2017, homologo o resultado do certame mencionado a favor da empresa abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:

59.751.537/0001-36 - PEZZUTO & UBIALI LTDA - ME - Valor Total de R\$ 17.700,00

Item 1 – Valor Global de R\$ 17.700,00;

Valor Global do certame R\$ 17.700,00.

Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentes.

Belém-PA, 22 de junho de 2017.

GILBERTO VALENTE MARTINS-Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 194905

TERMO ADITIVO A CONVÊNIO**EXTRATO DE TERMO ADITIVO****AO CONVÊNIO 001/2015-MP/PA****NÚM. DO TERMO ADITIVO: 1****NÚM. DO CONVÊNIO: 001/2015-MP/PA.**

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Caixa Econômica Federal.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Consignação em folha de pagamento de empréstimos concedidos a Membros e Servidores. Prorrogação do prazo de vigência.

Data de Assinatura: 22/06/2017.

Vigência do Aditamento: 13/09/2017 a 12/09/2019.

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 194861

OUTRAS MATÉRIAS**EXTRATO DA PORTARIA Nº 01/2017-MP/2º PJM.**

Resumo: Procedimento Administrativo instaurado com a finalidade de promover a apuração dos fatos envolvendo a garantia do direito à educação inclusiva em favor da pessoa com deficiência R.S.S. no município de Marituba. Marituba, Pará, 19 de junho de 2017. Paulo Ricardo de Souza Bezerra – 2º PJ Titular.

Protocolo: 194848

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 007/2017-MP/ 2º PJM

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2ª Promotoria de Justiça Militar, torna pública a Recomendação Nº 006/2017-MP/2º PJM, de 23/05/2017, encaminhada ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará.

Recomendação: a) Que todos os veículos pertencentes ao 5º BPM sejam regularizados junto a DETRAN, bem como que seja realizada manutenção nos mesmos, para que no prazo de 30 (trinta) dias todos estejam regularizados e em pleno funcionamento.

b) Que seja divulgado o teor dessa Recomendação a todo o efetivo da Polícia Militar por meio de Boletim Geral, bem como informe, no prazo de 20 (vinte) dias, resposta por escrito a esta recomendação, em conformidade com o art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar nº 057/06 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) c/c art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público);

c) Fica V. Exa. advertido que em caso de não cumprimento da Recomendação em apreço ensejará em impetração, por parte do Ministério Público, de Ação cabível na esfera do Poder Judiciário. Belém-PA, 23 de junho de 2017.

ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, 2º Promotor de Justiça Militar.

Protocolo: 194893

EXTRATO DA PORTARIA Nº 14/2017-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotoria de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do INQUÉRITO CIVIL que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 14/2017-8ª. PJ AGRÁRIA

Polo Passivo: Carlos José Gomes e Instituto de Terras do Pará - ITERPA
Assunto: visando apurar a ocorrência de fraudes registraes, de ocupação indevida de terra pública e de descumprimento, por parte do Estado do Pará, do art. 239, V, da Constituição Estadual.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça Agrária da I Região (Castanhal)

Protocolo: 194942

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

A Promotora de Justiça de São Caetano de Odívelas/PA, com fundamento no art. 54, inciso VI e § 3 da Lei Complementar nº 057/2006 e no art. 4º, inciso VI da Resolução n. 23 – CNMP, de 17.09.2007, torna pública a CONVERSÃO DE NOTÍCIAS DE FATOS CADASTRADAS sob o SIMP nº 000207-041/2017, 000205-041/2017, 000204-041/2017, 000202-041/2017 E 000224-041/2017 em Inquérito Civil, portaria n. ICP/001/2017-MP/PJSC, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de São Caetano de Odívelas, situada à Avenida São Benedito s/n, Bairro Centro, Município de São Caetano de Odívelas/PA.

Investigante: Promotoria de Justiça de São Caetano de Odívelas
Assunto: Apurar ilegalidades e irregularidades nas seguintes obras: reforma e ampliação dos prédios da ESF da Localidade de Vila Pereru, da ESF da Localidade de Marabitasas, e da UBS de Santa Maria da Barreta e nas obras de construção do prédio da ESF do Bairro de Santíssima Trindade e da Academia de Saúde na Vila Pereru.

Drª Marliucia Santos Sales – Promotora de Justiça Titular

Protocolo: 194827

RESUMO DA PORTARIA Nº 003/2017-MP/2ºPJ/DC

A 2ª ROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DE BELÉM, em exercício, Dra. ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ, torna pública a conversão do Procedimento Administrativo Preliminar nº 000127-111/2013-MP/2ºPJ/DC, na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Belém, sito a Rua Ângelo Custódio, nº 36, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará.

Inquérito Civil: nº 000127-111/2013-MP/2ºPJ/DC

Instaurante: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 129, inciso VI, da Constituição Federal de 1988 e art. 26, inciso I e V da Lei nº 8.625/93 e, Lei Complementar nº 057/06, Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará, artigo 54, inciso I.

Apurado: Linhas de Transporte fluvial para aos portos da Baía do Marajó: Portos de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari.

Objeto da apuração: falta de porte, estrutura e segurança das embarcações que fazem o transporte de passageiros nos municípios de Soure, Salvaterra e Cachoeira do Arari. Melhoria dos serviços de transportes de passageiros da linha de travessia flúvio-marítima na Baía do Marajó.

Belém, 19 de maio de 2017.

ANGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ

2ª Promotora de Justiça de Defesa do Consumidor, em exercício.

Protocolo: 194899

EXTRATO DA PORTARIA Nº 15/2017-8ª. PJ AGRÁRIA

A 8ª Promotora de Justiça Agrária da Região de Castanhal, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que encontra-se a disposição na Promotoria Agrária de Castanhal, situada na Rua Hernane Lameira, nº 508, Bairro Centro, Castanhal – Pará, Fone (91) 3721-3780.

Portaria nº 15/2017-8ª. PJ AGRÁRIA

Investigado: Eliel Andrade e Manoel Nogueira Andrade

Assunto: visando acompanhar as providências a serem tomadas pelo INCRA em relação a verificação sobre a irregularidade da edificação de casa no Projeto de Assentamento Ilha Ponta Alegre, localizado no Município de Curralinho, por Eliel Andrade e Manoel Nogueira Andrade, conforme notícia apresentada pela Associação dos Produtores e Pescadores da Ilha das Araras do Rio Canaticu.

ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA – Promotora de Justiça

Protocolo: 194928

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**EXTRATO DA PORTARIA Nº 055/2017-MP/12ºPJMAB**

A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da Resolução nº 23 – CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 0000167-960/2017 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria nº 055/2017-MP/12ºPJMAB.

Interessados: Comissão Pastoral da Terra – CPT e Agropecuária Santa Barbara Xinguara S.A.

Assunto: Acompanhar apuração de suposta apropriação ilegal de terras pertencentes ao Estado do Pará no Conjunto Lagoa do Triunfo, localizado na zona rural do Município de São Félix do Xingu/PA.

JANE CLEI DE SILVA SOUZA-Promotora de Justiça

Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 194965